

INTRODUÇÃO

A questão feminina é por demais abrangente para reduzir-se apenas a alguns tópicos, mais de superfície que de interesse. A imagem que dela se tem, ainda predominante, é a dos Movimentos Feministas com reivindicações e manifestos.

Mas felizmente, sem tirar a significação sociológica e psicossocial da presença mobilizadora da mulher nesses movimentos, outros trabalhos têm surgido, aprofundando a questão para reflexões mais consistentes a respeito.

"Para uma Ciência da Libertação da Mulher" insere-se neste contexto visto que, procura caracterizar o papel da mulher não apenas dentro dos movimentos. Situa a mulher dentro de um contexto histórico e, sugere a necessidade de uma Ciência. É dentro destas coordenadas que o livro deve ser lido.

Brecht lembrava que até pouco tempo se partia do indivíduo para se chegar a compreensão das massas, mas que não se demoraria muito a buscar nas massas a significação do indivíduo.

O mesmo se aplica à questão feminina. A situação da mulher, sua identidade não são compreendidas através de suas características pessoais. É necessário um referencial mais amplo e um conhecimento das leis de História.

Trata-se pois, de se atingir certo grau de racionalização para que a libertação da mulher fuja aos clichês emocionais e às reticências preconceituosas, firmando-se como um movimento da História, cujas leis aí estão e não foram devidamente aplicadas à causa da mulher.

Na década de 60, João XXIII reconheceu que os novos tempos estão se caracterizando pela ascensão das massas e pela libertação da mulher. Há nos dois fenômenos uma correlação mútua. Isso pode ser visto neste "Para uma Ciência da Libertação da Mulher" que, analisado sob o ponto de vista marxista e a intuição brechtiana, vem a ser a chave da explicação histórica-científica para a questão.

A Global Editora, ao lançar esta obra, se atém ao que ela se propõe ou seja, salientar a necessidade de uma fundamentação científica para a presente evolução da questão feminina, situando o movimento feminista como um movimento histórico.

PARA UMA CIÊNCIA DA LIBERTAÇÃO DA MULHER

A divisão do trabalho... assenta simultaneamente na divisão natural do trabalho, na família e na divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas entre si; implica, ao mesmo tempo... a distribuição desigual... do trabalho e dos seus produtos, isto é, da propriedade... cuja forma inicial está consagrada na família, em que a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravatura, ainda rudimentar e latente na família, é a primeira forma de propriedade, que... já corresponde, aliás, à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito de dispor da força de trabalho de outros.

Carlos Marx e Frederico Engels: *A ideologia alemã...*

Habitualmente, pensa-se que a mulher está à margem da produção; que só começou a incorporar-se nela maciçamente ao participar da economia mercantil, na qual estava destinada a desempenhar um papel secundário; que os seus deveres principais são a casa, a família, onde tem um lugar especificamente feminino alheio à economia.

Tais noções, muito correntes na moderna concepção do mundo, tanto dos especialistas como da chamada opinião pública ou senso comum, encerram uma profunda confusão ideológica. Menosprezam a mulher de várias maneiras. Negam o valor econômico do trabalho que geralmente ela realiza e sustentam, ao mesmo tempo, que a mulher nasce com características físicas e espirituais que a

destinam, por natureza, a cumprir determinado tipo de tarefas. Esta confusão ideológica impede uma plena compreensão do funcionamento da economia. E, o que é mais importante, encobre um dos fundamentos mais antigos e persistentes da sociedade de classes.

Marx e Engels descobriram como no processo de formação da sociedade dividida em classes a família se cristalizou num meio de controle da força de trabalho da mulher, num meio de acumulação privada. As suas investigações principais respondiam à necessidade urgente de armar a classe operária com um conhecimento científico dos fundamentos da sua exploração, desmistificando a sociedade burguesa, revelando a dinâmica interna da economia mercantil e capitalista. Por outro lado, analisaram a divisão do trabalho, a trajetória da propriedade privada e o seu estreito vinculamento à família individual, que, no capitalismo, continua a ser "a unidade econômica da sociedade". Deixaram valiosos estudos sobre a opressão sofrida pela mulher e a superestrutura ideológica que a justificava.¹

A família, na forma em que a conhecemos, surge como a dissolução da comunidade primitiva. Não é por acaso que a palavra "família" se referia originalmente ao direito de propriedade privada que o *paterfamilias* detinha, tanto sobre as pessoas como sobre os bens que compunham a sua casa. A "casa" surge como primeira forma de empresa privada, propriedade do chefe de família para a produção, troca e competição com as demais casas, e para a acumulação do sobreproduto.

O sentido original da palavra "economia" é "a arte de

(1) Ver especialmente a passagem acima em "A ideologia alemã" e, de Engels, "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", capítulo sobre a família.

dirigir os assuntos da casa". A propriedade, que o chefe de família exercia, implicava a herança por linha paterna, a propriedade total da mulher, assim como o domínio e confiscação da força de trabalho feminina.

Mas nem sempre foi assim. Na comunidade primitiva o trabalho e as demais atividades sociais realizavam-se em comum e tanto a propriedade como as relações de parentesco reforçavam estes laços coletivos. Foi só com o aparecimento da família patriarcal que a vida social se dividiu em duas esferas nitidamente diferenciadas: a esfera pública e a esfera doméstica.

Estas duas esferas tiveram desigual evolução: enquanto na primeira se produziam grandes transformações históricas, a segunda, que evoluía mais lentamente, funcionava como travão da primeira.

Com o desenvolvimento da troca e da divisão da sociedade em classes, todas as mudanças econômicas, políticas e culturais tiveram o seu centro na esfera pública, enquanto que no lar se consolidou a família individual como atualmente a conhecemos.

A mulher foi relegada para a esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, ao mesmo tempo que se ia desenvolvendo, através de milênios, uma poderosíssima ideologia que ainda hoje determina a imagem da mulher e o seu papel na vida social.

Para descobrir os fundamentos desta ideologia e a importância enorme que teve no desenvolvimento da sociedade de classes, é necessário distinguir claramente as atividades realizadas pela mulher de maneira privada no seio da família. Teremos assim o seguinte esquema:

a) reprodução estritamente biológica;

b) educação e cuidado dos filhos, doentes e velhos;

c) reprodução da força de trabalho consumida diariamente.

Quando se sobrepõem estes três aspectos confunde-se sistematicamente a reprodução biológica com a *reprodução privada da força de trabalho*, tanto a que gastam homens e mulheres no processo da produção social como a primeira fase de formação da nova geração de trabalhadores.

Tais confusões são a base das noções pseudocientíficas propagadas na sociedade moderna para justificar a divisão do trabalho entre o homem e a mulher. O fator biológico não pode determinar as modificações ocorridas na família desde a comunidade primitiva até os nossos dias — já que permanece idêntico através de toda a existência da espécie — nem explica, tampouco, o papel da mulher no trabalho e, conseqüentemente, a sua posição social. Por outro lado, a reprodução afeta tanto o homem como a mulher, com exceção do período de lactação (e, em algumas sociedades, os últimos meses de gestação).

Não é por "natureza" que a mulher realiza as tarefas domésticas. Os estudos etnológicos dos povos pré-classistas desmentiram a imagem tradicional do século XIX, segundo a qual as mulheres, desde as mais antigas épocas, se teriam espontaneamente dedicado a fiar e cozinhar, enquanto os homens se afastavam para atividades diferentes e longe, travando épicas batalhas contra a natureza indômita.

Scoresby e Routledge, por exemplo, assinalam em *With a prehistoric people* que, no grupo estudado, os homens eram incapazes de levantar pesos superiores a sessenta libras, enquanto as mulheres carregavam cem libras ou mais. "Quando um homem diz — referem os

autores — esta é uma tarefa muito pesada para mim, corresponde a que venha uma mulher realizá-la, e só está constatando um fato real".

No ensaio *História da URSS* de Briusov e colaboradores, pode ler-se: "Nos aglomerados neolíticos do Transbaikal, encontraram-se armas de caça — arcos de flechas — tanto em sepulturas de homens como de mulheres, o que é característico do regime matriarcal".

Se preferirmos prescindir da etnologia e dos achados arqueológicos, a imprensa quotidiana fornece ampla informação sobre a luta das mulheres vietnamitas, na ofensiva do Tet, por exemplo, em que 2 milhões de mulheres pegaram em armas.

TRABALHO VISÍVEL E TRABALHO INVISÍVEL²

A posição igualitária ocupada pela mulher na comunidade primitiva foi determinada pelo valor do seu trabalho produtivo, que se realizava coletivamente. A partir da dissolução das estruturas comunitárias e da sua substituição pela família patriarcal, o trabalho da mulher individualizou-se progressivamente e ficou limitado à elaboração de valores de uso para o consumo direto e privado. Segregada do mundo do sobreproduto, a mulher passou a constituir o cimento econômico *invisível* da sociedade de classes. Pelo contrário, o trabalho do homem cristalizou através dos diferentes modos de produção em objetos *economicamente visíveis* destinados a criar riqueza ao entrar no processo de troca. No capitalismo, seja como proprietário dos meios de produção ou como operador dos mesmos, por meio da venda da sua força de trabalho, o homem define-se essencialmente como *produtor de mercadorias*. A sua posição social define-se graças a esta atividade e o pertencer a uma ou outra classe determina-se segundo a situação que ocupa dentro do mundo criado pela produção de bens para troca.

A mulher, expulsa do universo econômico criador de sobreproduto, cumpriu, apesar disso, uma função econômica fundamental. A divisão do trabalho designou-lhe

(2) Este ensaio inicialmente foi publicado e circulou nos primeiros meses de 1969 sob o título "Por um feminismo científico". Depois disso apareceu o trabalho de Margaret Benston, "The political economy of women's liberation" (Monthly Review, Set. 1969) que requer um breve comentário aqui, como a única tentativa séria que conhecemos de investigação das implicações econômicas da dona de casa no capitalismo.

Embora estejamos de acordo, insistimos em que, sem ir mais além dos conceitos da economia política clássica, em particular as noções de força de trabalho e mais valia tal como Marx as emprega, é impossível explicar o papel da dona de casa na sociedade de classes com todas as suas implicações políticas.

a tarefa de repor a maior parte da força de trabalho que move a economia, transformando matérias-primas em valores de uso para seu consumo direto, ocorrendo, deste modo, à alimentação, ao vestuário, à manutenção da casa, assim, como à educação dos filhos.

Segundo os economistas, para substituir os meios de produção e vida (máquinas, alimentos, vestuário etc.) submetidos a contínuo consumo, os homens têm de produzir novos materiais. A este processo de renovação constante da produção chamam *reprodução*, que acontece tanto numa empresa como numa sociedade no seu conjunto. Mas o que se omite é que esta reprodução econômica simples se realiza a dois níveis distintos correspondentes à divisão do trabalho que assinalamos. Um destes é a forma mais primitiva de empresa: *a casa*. Se bem que os homens e as mulheres trabalhadoras reproduzam força de trabalho por meio da criação de mercadorias e portanto para seu consumo indireto, as donas de casa *repõem diariamente grande parte da força de trabalho de toda a classe trabalhadora*. Só a existência de uma alienante ideologia milenária do sexo impede que se compreenda com clareza a importância econômica desta forma de reposição direta e privada da força de trabalho.

A grosso modo, pode-se dizer que, se o proletariado não contasse com este tipo de trabalho feminino que lhe proporciona alimentos, vestuário etc., num mundo onde não existem os serviços necessários para que esta reposição se coletivize, as horas de sobretrabalho seriam significativamente menores.

Ao avaliar a economia de um país e as suas possibilidades de desenvolvimento, não basta comparar o sobretrabalho socialmente aproveitável com a parte do trabalho dos trabalhadores cujo valor lhes é pago para o seu sustento e o de sua família. O trabalhador e a sua família

não se sustentam só com o que compram com o seu salário, mas também com o que resulta de a dona de casa e os seus familiares transformarem muitas horas em trabalho doméstico e outras tarefas de subsistência. Para se ter uma idéia do contributo das donas de casa, suponhamos que dedicam só uma hora diária à manutenção de cada um dos seres humanos que existem sobre a terra (cifra absolutamente conservadora): chegaríamos a um número muito superior a *três bilhões de horas de trabalho invisível realizadas diariamente*. Nas condições atuais, só contando com estas horas de trabalho invisível pode o proletariado produzir mais valia na economia social.

Deve-se ressaltar que em termos de fundo total de trabalho, o conjunto da força de trabalho de todo o tipo que mantém uma economia e a desenvolve. Só se pode conhecer a amplitude relativa do excedente econômico criado, quando se compara com o total de trabalho realizado, tanto para o mercado como para o consumo direto.

Normalmente, esta segunda proporção não é tomada em conta pelos economistas, o que significa que se limitam apenas às categorias da produção mercantil que são as do capitalismo.

Os capitalistas não têm relação direta com o trabalho de subsistência, embora o explorem indiretamente; a realização de uma elevada quantidade de trabalho de subsistência — especialmente nos países industrializados — somada ao baixo nível de vida, permite aos capitalistas pagar salários ínfimos e extrair avultados lucros mesmo com uma produtividade relativamente baixa. A interpretação dos economistas reflete a discriminação da mulher e a confusão entre reprodução biológica e reprodução privada da força de trabalho.

A divisão do trabalho especializou os homens concen-

trando nas suas mãos a criação do sobreproduto. Através desta especialização, viram-se libertos de uma parte importante da reposição da sua própria força de trabalho, permitindo-lhes dedicar todas as suas forças à produção social e à atividade pública. Deste modo, o trabalho do homem cristalizou-se em objetos e mercadorias econômicas e socialmente *visíveis*. O trabalho feminino, no seio da família, não produzia diretamente nem um sobreproduto nem mercadoria visível. Daí o ter sido posto à margem da esfera de troca onde todos os valores giravam em torno da acumulação de riqueza. O trabalho da mulher ficou oculto atrás da fachada da família monogâmica, permanecendo *invisível* até os nossos dias. Parecia diluir-se magicamente, visto que não se traduzia por um produto *economicamente visível* como o do homem. Este tipo de trabalho, mesmo quando consome muitas horas de rude desgaste, não tem sido, portanto, considerado como valor. *Quem o exerce tem sido, por este fato, marginalizado da economia, da sociedade e da história.*

O produto *invisível* da dona de casa é a *força de trabalho*. É só no capitalismo que a força de trabalho adquire categoria de mercadoria, ao criar-se a classe trabalhadora. O capitalismo vincula a mulher mais diretamente à economia monetária, já que, em certo sentido, produz para o mercado, o mercado de trabalho. Mas não é ela a proprietária da força de trabalho que produz, mas sim o marido e os filhos, e são eles quem a vendem. Por outro lado, a concepção burguesa dominante não reconhece a natureza desta nova mercadoria, considerando que o capitalista compra o "trabalho" em lugar de força de trabalho, de modo que o trabalho da dona de casa continua sendo tão invisível como antes. A sobreposição dos conceitos de reprodução biológica e de reposição da força de trabalho faz com que esta última adquira, para a consciência social, um tom fisiológico pelo que *o trabalho doméstico se considera como uma característica sexual secundária em vez de se destacar como categoria econômica.*

Assim, a dona de casa não vende a sua força de trabalho nem os seus produtos; simplesmente, por meio do contrato jurídico matrimonial que confisca a sua força de trabalho invisível, aceita a obrigação de cuidar da família, de fazer as compras, de orientar e servir em troca de sua manutenção e da aquisição de um *status social* determinado pela posição do marido. Será "proletária" se o marido pertencer à classe trabalhadora, ou "camponesa" se este for pequeno agricultor. Por ser invisível o seu trabalho específico, a sua contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas permanece na clandestinidade. Há, na divisão do trabalho entre os sexos, nesta relação interna da família, a suficiente maleabilidade para se adaptar a qualquer forma da sociedade de classes, quer seja feudal, capitalista ou outra.

Pode sugerir-se inclusive que nesta relação se definem com um estatuto peculiar de subclasse, as donas de casa dos setores trabalhadores (não se incluem aqui as mulheres das classes ociosas). As donas de casa não têm relações de troca entre si como produtoras, nem com outra classe (tal como os escravos), nem chegam a agrupar-se por meio do trabalho coletivo. Não tomam parte do desfile público de senhores, servos, escravos, capitalistas e demais classes. Não participam nas relações públicas de propriedade mediante as quais se materializa, e é aproveitado, o excedente de produção. A sua situação (que parece única embora semelhante, em alguns casos, à escravatura patriarcal e, noutros, ao campesinato de subsistência) é a de contribuir para esse processo de forma dependente, através da reposição direta da força de trabalho dos demais trabalhadores.